

UMA PAISAGEM COM CASTELOS

por

Mário Jorge Barroca*

Resumo: O autor apresenta uma panorâmica sobre a origem do castelo e a sua evolução ao longo da Idade Média portuguesa, desde os primeiros exemplos conhecidos (2ª metade do Séc. IX) até às reformas góticas (Séc. XIV-XV). Aborda, nomeadamente, o papel dos castelos enquanto elementos ordenadores da paisagem. Com efeito, entre os meados do Séc. XI e os fins do Séc. XIII os castelos foram, em Portugal, os elementos centrais da organização administrativa do território, que se encontrava dividido em Terras. O castelo foi, assim, um elemento preponderante na estruturação da paisagem rural portuguesa.

Palavras-chave: Castelos; terras; organização do território.

Abstract: The article presents a general view of the origins of Portuguese castles and their evolution, from the early examples in the second half of the 9th century to the Gothic reforms of the 14th-15th centuries. In particular it concentrates on the period between the middle of the 11th century and the end of the 13th century, when castles were central to the organization of the Portuguese territory, at the time divided into "terras". Castles were thus a main element in the medieval Portuguese rural landscape.

Key-words: Castles; terras; administration of the territory.

Há quase quarenta anos atrás Elena Lourie publicou, nas páginas da revista *Past and Present*, um marcante artigo intitulado "A society organized for war: Medieval Spain"¹. O seu expressivo título seria, mais tarde, parcialmente retomado por James Powers, autor de um livro intitulado *A Society Organized for War. The Iberian Municipal Militias in the Central Middle Ages (1000-1284)*². A invocação destes dois estudos vem a propósito da tentação que tivemos de chamar este nosso contributo "Uma paisagem organizada para a guerra". Felizmente o Professor Doutor Vítor Oliveira Jorge, que amavelmente me convidou para estar aqui presente, sugeriu este título – "Uma paisagem com castelos" – mais prudente (porque não remete para as

* Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ *Past and Present*, vol. 35, 1966, pp. 54-76.

² Universidade de Berkeley, 1988.

sínteses de Elena Lourie e de James Powers, criando falsas ilusões) mas não menos expressivo.

Os elementos que preparámos para esta intervenção não encerram grande novidade, retomando algumas linhas de força já abordadas noutros estudos nossos³. Tentaremos, de forma necessariamente sintética dado o limitado espaço que nos está reservado, traçar um panorama equilibrado sobre esta temática que é tão vasta e tão complexa.

O primeiro aspecto que gostaríamos de abordar diz respeito ao momento em que surgem os primeiros castelos. Como é lógico, os castelos não existiram desde sempre. Mas para muitas pessoas é como se eles tivessem estado sempre presentes na paisagem. Para definirmos o momento em que começamos a ter castelos temos de circunscrever o que se entende verdadeiramente por castelo.

Do ponto de vista militar, podemos ter três tipos distintos de estruturas. Por ordem cronológica de aparecimento, teremos: povoados fortificados, acampamentos militares e castelos. Procuremos definir, sucintamente, o que caracteriza cada uma delas.

Um povoado fortificado é uma estrutura de habitat concentrado que, por motivos de segurança ou por qualquer outra motivação (religiosa, simbólica, política, etc.) foi dotada de uma muralha que circunscreve e delimita o seu espaço físico. Como sabemos, os povoados fortificados surgem numa fase muito recuada e, embora com soluções espaciais e estruturais distintas, continuaram a ser erguidos ao longo de quase todas as épocas, pelo menos até ao Séc. XVIII. A fortificação do habitat foi, por isso, a solução que as comunidades humanas adoptaram com maior frequência quando se sentiram ameaçadas.

Os acampamentos militares são estruturas muito distintas, que obedecem à lógica de um exército profissional e permanente e que se podem revestir de diferentes formas.

³ Nomeadamente nos nossos estudos: "Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)", *Portvgalia*, Nova Série, vol. 11-12, Porto, 1990-91, pp. 89-136; "A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Séc. XII", *Portvgalia*, Nova Série, vol. 17-18, Porto, 1996-97, pp. 171-209; "Castelos Medievais Portugueses. Origens e Evolução (Séc. IX-XIV)" in *La Fortaleza Medieval: Realidad y Simbolo*, Alicante, Sociedad Española de Estudios Medievales, 1998, pp. 13-30; "D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa", *Revista da Faculdade de Letras – História*, 2ª Série, vol. 15, tomo 1, Porto, 1998, pp. 801-822; "Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc. IX-XI)", in Lopéz Quiroga, Jorge (Coord. de) – *Poblamiento Rural en el Norte de la Península Ibérica (Ss. V-X). Continuidades, rupturas, transformaciones*, Madrid, Casa de Velazquez, 1999 (no prelo); "Castelos Românicos Portugueses (Séculos XII e XIII)", in *Românico em Portugal e Galiza*. Catálogo da Exposição, La Coruña-Lisboa: Fundación Pedro Barrié de la Maza-Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 87-111; "Os Castelos das Ordens Militares em Portugal (Séc. XII a XIV)", in Fernandes, Isabel Cristina Ferreira (Coord. de) – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) – Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Palmela, Câmara Municipal de Palmela-Edições Colibri, 2002, pp. 535-548; e, mais recentemente, em "Da Reconquista a D. Dinis – 1096-1325", in Mattoso, José (Coord. de), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 21-161.

Surgiram com o domínio romano e desapareceram depois da sua queda. É possível que a monarquia visigótica, que continuou a ter exércitos profissionais e permanentes, também tenha criado acampamentos militares mas não conhecemos nenhum exemplo seguro. E, a partir de então a Península Ibérica deixa de contar com acampamentos militares permanentes, num movimento que acompanha o abandono dos exércitos profissionais e permanentes. É certo que se conhecem alguns acampamentos militares muçulmanos, até mesmo em território português. Mas estes acampamentos, que adoptam configurações substancialmente distintas dos modelos romanos, não correspondem a estruturas militares permanentes, estando antes relacionados com a progressão de exércitos em determinadas campanhas. No lado cristão os acampamentos militares permanentes são desconhecidos desde a queda da monarquia visigótica e continuaram a sê-lo durante mais de nove séculos. Isto equivale a dizer que durante todo o período da Reconquista e ao longo da Baixa Idade Média, onde, parafraseando a consagrada expressão de Elena Lourie, a sociedade peninsular se encontrava organizada para a guerra, não se ergueram acampamentos militares. Este aparente paradoxo explica-se porque o exército medieval era, como se sabe, um exército não permanente, que era convocado pelo monarca em caso de necessidade (por *fossado* ou por *apelido*, de acordo com a natureza do evento que estava na origem do *chamamento*) e que era integrado por todos os homens livres, aptos para o exercício das armas, com idades compreendidas entre os 16 e os 60 anos. Desta forma, esta sociedade perpassada pelo fenómeno da guerra não conheceu exércitos permanentes e ignorou os acampamentos militares. Seria necessário aguardar pelos meados do Séc. XVII para que assistíssemos ao ressurgimento do exército profissionalizado e de tipo permanente, o que, entre nós, acontece com a reforma de 1641. E, com ele, regressaram os acampamentos militares permanentes, agora designados quartéis.

Finalmente, em terceiro lugar (por ordem cronológica do seu aparecimento), encontramos o castelo. Esta estrutura, tão profundamente original, surge em plena Idade Média e desaparece com o fim da Idade Média para dar lugar a uma outra realidade – a fortaleza moderna. Os castelos surgem no contexto de uma paisagem dominada por um povoamento disperso, disseminado por vales agrícolas, onde a defesa do habitat já não pode passar pela usual fortificação do seu espaço. Não se pode, obviamente, amuralhar um vale. Por isso, a sociedade medieval teve de criar uma nova estrutura que respondesse simultaneamente à nova matriz de povoamento e às necessidades de defesa. É assim que surge o castelo: uma estrutura erguida no alto de um monte, procurando retirar o máximo proveito da topografia do terreno, cujo espaço era delimitado por uma muralha, no qual podia funcionar uma pequena guarnição militar e onde as populações se podiam recolher em caso de ameaça. Devemos sublinhar que um castelo não é um local de habitat. É um local destinado ao refúgio temporário, destinado a ser utilizado em caso de necessidade. As próprias guarnições (que não é

forçoso que tenham existido sempre, sobretudo nos castelos mais antigos) não residem no interior do castelo: são recrutadas entre as populações que vivem dentro do seu território, com base num sistema de rotatividade, cabendo a cada aldeia ou casal uma determinada tarefa. Este sistema, solidário e rotativo, atravessa todas as actividades militares, desde as escalas para as *esculcas* ou atalaias até às guarnições militares e aos trabalhos de construção (*castelático*) ou de reconstrução e manutenção do castelo (a *anúduva*).

A afirmação do castelo corresponde a uma mudança no conceito de guerra, onde o controle de um território deixa de passar pela conquista dos seus povoados mais importantes (como acontecera antes, e voltará a acontecer mais tarde) para passar a ser entendido como a conquista do seu castelo. Controla-se um território quando se controla o seu castelo.

O sucesso do castelo não radica apenas na sua extraordinária adequação às funções que lhe eram exigidas, mas também na sua adaptação ao tecido social e político da época. Num momento em que, um pouco por toda a Europa se fragmentam poderes e se afirma o Feudalismo, o castelo foi uma estrutura que respondeu, eficazmente, às necessidades da época. E por isso, eles surgiram de forma quase sincrónica um pouco por toda a Europa ocidental, mesmo em contextos militares muito distintos.

Quando surgem, então, os primeiros castelos? Podemos hoje afirmar, com alguma segurança, que eles surgem na Europa ocidental a partir dos meados do Séc. IX. Em Portugal, as primeiras referências seguras a castelos surgem a partir das presúrias de Afonso III das Astúrias (868). No entanto, devemos ressaltar que essas primeiras referências podem não documentar o momento de construção desses castelos mas reportar-se a castelos erguidos alguns anos antes. Este aspecto é importante porque, se entendermos que os castelos surgem depois das presúrias de Afonso III, estamos a dizer que eles são uma inovação introduzida no território português pelas forças cristãs do Norte, que vieram reenquadrar as populações autóctones, integrando-as no seio da monarquia asturiana. Mas se entendermos que eles surgem um pouco antes das presúrias de Afonso III, e que as referências documentais do último quartel do Séc. IX se limitam a consagrar o seu papel de elementos ordenadores do território, então estamos a falar de estruturas que começaram a ser erguidas pelas populações que residiam nestes territórios periféricos, que durante mais de um século estiveram entregues a si próprias – comunidades que não estavam verdadeiramente integradas nem na monarquia asturiana, nem no mundo muçulmano.

A partir de 870 e 875, acompanhando de perto a reorganização do espaço levada a cabo pela monarquia asturiana, começam-se a multiplicar as referências a castelos, revelando-nos uma realidade que vai penetrando cada vez mais fundo na sociedade. Por que surgem os castelos? Por duas questões fundamentais. Por um lado, para responder aos múltiplos problemas de insegurança que se detectam – as incursões muçul-

manas, os conflitos internos da sociedade cristã e as ameaças setentrionais (as incursões vikings ou normandas que, com alguma regularidade, fustigavam as costas da Península até à primeira metade do Séc. XI). É neste sentido que assistimos a comunidades de um ou vários vales que se unem para, comunitariamente, erguerem um pequeno reduto defensivo e que, depois, continuam organizadas comunitariamente para assegurar a vigilância. Mas, por outro lado, é claro que os castelos também surgem para controlar espaços e populações, ou seja, para exercício do poder.

A partir do último quartel do Séc. IX as populações do Norte de Portugal assistiram a um processo de encastelamento (para utilizar uma expressão consagrada por Pierre Toubert), isto é, à reorganização da paisagem rural em torno de castelos. Como escreveu o Prof. Doutor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, o encastelamento do Norte de Portugal “*mais do que para iniciar o povoamento, aconteceu para o ampliar, defender e organizar*” (1978, p. 47). Isto é, estas estruturas militares surgiram em função de uma matriz de povoamento já existente e porque esse povoamento já existia. Aparentemente, as estruturas mais antigas surgiram em zonas relativamente meridionais (tendo em mente o espaço então controlado pelas forças cristãs). Isto é, surgiram em zonas mais instáveis e mais expostas a ameaças, como o Douro Litoral. E só num momento mais avançado é que o fenómeno penetrou no coração do Entre-Douro-e-Minho.

Entre o último quartel do Séc. IX e os meados do Séc. XI, o número de castelos não cessou de aumentar. Entre 875 e o ano 1000 conhecemos referências documentais a 50 castelos distintos. Carlos Alberto Ferreira de Almeida inventariou 187 castelos até 1220 (1978, pp. 27-43). Mas, como o próprio autor reconhecia, esse esforço de inventariação está longe de ser exaustivo e, de resto, levanta alguns problemas (porque nem todos esses castelos conviveram na mesma época).

É óbvio que dentro de um número tão elevado de estruturas, encontramos realidades muito distintas: desde castelos requintados como o Castelo de Lanhoso, a *Civitas* de Santa Maria ou a Torre moçárabe de Trancoso, até estruturas muito embrionárias e rudimentares, como seria certamente o caso da maior parte dos pequenos castelos roqueiros. Isto alerta-nos para o facto de termos castelos de origem muito distinta – castelos de iniciativa condal e castelos de iniciativa comunitária – o que, necessariamente, se reflecte na qualidade da sua arquitectura. E alerta-nos ainda para o facto de a segurança de um território nem sempre ter de passar pela edificação de um castelo. As torres desempenharam um papel que não deve ser negligenciado.

Os documentos redigidos após as presúrias de Afonso III das Astúrias revelam uma outra novidade: o aparecimento das *civitates*, grandes espaços territoriais controlados a partir de um lugar central. A *Civitas* de Anégia foi uma dessas unidades espaciais que surgiu, mas podem ser apontadas outras: Porto (desde 868), Braga (desde c. 870), Chaves (desde 872), Lamego (a. de 906), Viseu (a. de 906), St^a. Maria (Feira)

(entre 902 e 977), Seia (c. 878), Coimbra (878), Montemor-o-Velho (c. 878). Estes amplos territórios foram entregues a nobres da confiança da monarquia astur-leonesa. Abrangendo espaços geográficos muito vastos, as *civitates* toleraram a presença de outras estruturas militares erguidas pelas populações no interior do seu espaço. Isto é, cada *civitas* podia encerrar, dentro do seu âmbito geográfico, diversos castelos. Anégia contava com pelo menos 16 estruturas militares distintas.

Esta organização territorial de origem asturiana manteve-se operacional até aos meados do Séc. XI, ou seja, ao longo de quase dois séculos. Ela serviu de matriz para estruturar o espaço do ponto de vista militar, mas também do ponto de vista fiscal e judicial, revelando como os castelos se foram tornando, cada vez mais, instrumentos de exercício do poder e elementos fundamentais no ordenamento do espaço. A maior parte das informações que possuímos encontram-se exaradas em documentos de compra, venda ou doação de propriedades, em que estas são referidas em relação a um castelo, revelando como eles se tornaram elementos de referência na paisagem.

É com esta organização territorial que o Norte de Portugal atinge o auge do seu processo de encastelamento. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que como vimos inventariou 187 castelos no Entre-Douro-e-Minho, estimava que o número total de castelos se teria aproximado do número de paróquias, o que equivale a dizer que o Entre-Douro-e-Minho e o Douro Litoral teriam conhecido perto de 300 castelos.

A partir dos meados do Séc. XI verifica-se uma inflexão profunda na forma de se fazer a guerra. Esta deixa de ser uma guerra predatória, de saque, baseada em incursões rápidas, para passar a ser uma guerra de conquista territorial, de progressões no terreno que são lentas mas que se querem definitivas. A esta mudança na filosofia de guerra corresponde uma mudança ao nível do armamento. Do ponto de vista político esta mudança coincide com a fragmentação do poder muçulmano (a desagregação do Califado Omíada de Córdova e a formação das primeiras Taifas, em 1031) e com um fortalecimento do poder cristão (a reunião dos reinos de Leão e Castela nas mãos de Fernando Magno, em 1035). A conjuntura foi aproveitada para uma rápida progressão da fronteira cristã para Sul. Depois dos reveses que al-Mansur tinha infligido às forças cristãs nas vésperas do Ano Mil, a fronteira avançou até Coimbra, que foi conquistada em 1064, e ultrapassou o Mondego, chegando até à zona de Soure.

Acompanhando esta enorme progressão, verificou-se uma reforma na organização do território. As *civitates* desapareceram paulatinamente para dar lugar a espaços menores, mais fáceis de controlar, que foram confiados a uma nova nobreza, que estava a ter um crescente protagonismo militar. O aparecimento destes novos territórios, que a documentação medieval chama simplesmente "*Terras*", é um acontecimento da segunda metade do Séc. XI que, como é natural, se acelerou a partir da Batalha de Pedroso (1071).

Salientemos algumas das características destes novos territórios:

- 1º São unidades com uma área muito menor do que as *civitates*. Estamos a falar de territórios com poucas dezenas de km² (a Terra de Penafiel de Canas tem cerca de 48 km² de área), contrastando com a enorme extensão das velhas *civitates* (Anégia tinha mais de 180 km²). Isto permitiu um controle militar muito mais eficaz.
- 2º As Terras foram criadas não só para resolver problemas militares mas também para assegurar um melhor controlo da zona. Neste sentido, elas ajudaram a sedimentar a presença da monarquia leonesa, impondo a autoridade régia e enquadrando de forma mais apertada as comunidades desta região periférica. Foram instrumentos de gestão política, militar, judicial e fiscal.
- 3º As Terras são espaços que possuem um único castelo, confiado a um elemento dessas novas linhagens que se estavam a destacar na sociedade, e que, em parte graças a elas, atingiram rapidamente o estatuto de Ricos-Homens. As Terras foram, por isso, um elemento fundamental no ordenamento social, contribuindo de forma decisiva para a distinção entre nobres e plebeus, mas, sobretudo, para a distinção entre os diferentes níveis de nobreza, opondo aqueles que detinham castelos aos que não os tinham, nem podiam aspirar a tê-los. Ajudaram, assim, a consolidar uma elite.
- 4º Tendo começado por ser espaços geograficamente complexos, como o ensaio de Paulo Merêa e Amorim Girão (1942) demonstrou, as Terras foram-se tornando espaços cada vez mais claros, mais transparentes. Isto conseguiu-se por duas formas: primeiro, deslocando os limites das Terras para os principais marcos da paisagem (encumeadas de montes, curso dos rios, etc); depois, ajustando os territórios castelares à geografia religiosa (cada Terra abrange um número variável de paróquias, mas sempre paróquias inteiras, não se conhecendo casos de paróquias cujo espaço se repartisse por duas Terras distintas, da mesma forma que não se conhecem Terras que se dividam entre diferentes bispados). Esta adequação a uma geografia religiosa ajudou a clarificar o âmbito das Terras e, sobretudo, contribuiu para que as populações tivessem consciência de que pertenciam a um determinado território. A anúduva e outras prestações para a manutenção do castelo contribuíram também para ajudar a sedimentar essa consciência de se pertencer a uma Terra.

A formação das Terras traduziu-se num “desencastelamento” na medida em que cada Terra passou a ter um único castelo. Isto significa que ao longo da segunda metade do Séc. XI e nas primeiras décadas do Séc. XII houve um número significativo

de pequenos castelos que foram abandonados. No Entre-Douro-e-Minho passamos de um universo de 200 a 300 castelos (na estimativa de Carlos Alberto Ferreira de Almeida) para pouco mais de meia centena de castelos. Segundo os nossos cálculos, Portugal, na segunda metade do Séc. XII, quando se estendia até ao vale do Tejo, teria qualquer coisa como 170 castelos operacionais. Ou seja, o reino de Portugal, nos finais do Séc. XII, ao tempo de D. Sancho I, teria tantos castelos como o Entre-Douro-e-Minho e o Douro Litoral nos meados do Séc. XI, no auge do encastelamento... Mas esta redução do número de castelos revelou-se fundamental, porque viabilizou economicamente um salto qualitativo muito importante na nossa arquitectura militar, permitindo a reforma românica dos nossos castelos. Logo, menos castelos mas melhores castelos. Foi então que os nossos castelos adquiriram o perfil que estamos habituados a ver, com muralhas ameadas, torreões e torres de menagem.

As Terras correspondem, como vimos, a uma organização do espaço de origem militar. Mas elas acabaram por influenciar os mais variados aspectos da vida quotidiana, a ponto de terem servido de matriz para as Inquirições de 1220.

O monarca confiava a administração da Terra a um nobre – um Rico-homem – que não recebia a Terra em posse plena mas numa delegação temporária de poder, que podia ser revogada quando o monarca entendesse. Este aspecto é fundamental para se compreender por que motivo os nossos castelos não adquiriram a dimensão palaciana que alcançaram na Europa de além-Pirinéus.

Os tenentes exerciam direitos de índole fiscal, judicial e militar. Procediam à cobrança dos impostos em nome do rei e exerciam o poder judicial (isto é, presidiam a tribunais e faziam cumprir as penas, encarcerando ou cobrando multas). Como é natural, o tenente devia retirar algum interesse de todas as contribuições que cobrava em nome do rei. E é possível que as populações da Terra tivessem de pagar algum tributo directo. Com efeito, uma referência documental tardia – de 1253 – regista que a população de Vinhais devia pagar 100 morabitanos para a tenência do castelo (*Leges*, p. 639).

A organização do território tendo por base as Terras manteve-se operacional até ao reinado de D. Dinis. Em Julho de 1287, no quadro de uma vasta política de controlo do poder da Nobreza, o monarca extinguiu as Terras, embora os castelos destas se tivessem mantido operacionais, confiados aos Alcaides. Na sequência desta medida D. Dinis empreendeu uma profunda campanha de obras nos castelos portugueses. Dessa campanha, que se pode balizar entre 1288 e 1310, resultou uma geografia de castelos substancialmente distinta. A partir de então a coroa portuguesa investiu sobretudo nas fortalezas raianas, isto é, naquelas que se alinhavam ao longo da fronteira Norte e Leste do reino. Esta será a geografia do castelo gótico: uma rede de fortificações que se escalonam ao longo da fronteira reconhecida diplomaticamente no Tratado de Alcañices, assinado em 1297.

Pouco tempo depois, a partir dos meados do Séc. XIV assistimos a uma nova alteração de fundo. A guerra, que até então se tinha desenrolado sobretudo à sombra dos castelos, num cenário rural, passou a ter um novo palco – um cenário urbano. Deixou de estar centrada em torno dos castelos para passar a estar polarizada em torno de cidades e vilas, e das suas muralhas. A partir dos meados do séc. XIV controlar um território já não é conquistar o seu castelo, mas tomar a vila ou cidade que encabeça um determinado Termo. As crónicas da época, a começar por Fernão Lopes, espelham bem esta mudança que se verifica, paulatinamente, a partir dos meados do Séc. XIV. Aos territórios castelares sucediam-se os termos das cidades e vilas. O interesse da coroa pelos castelos que se disseminavam pelo interior do reino esmorece e muitos acabam por nunca receber as reformas góticas. A partir de D. Afonso IV e D. Pedro a coroa investe sobretudo na construção ou ampliação de muralhas urbanas. Os castelos que permanecem activos são aqueles que preservam valor estratégico: que se alinham ao longo da raia (que foram desenhados por Duarte d’Armas em 1509-10) ou que se concentram ao longo dos principais eixos viários (isto é, dos eixos viários que conduzem a Lisboa ou a outros centros nevrálgicos do reino).

